

**XXXI CONGRESSO NACIONAL DO  
CONPEDI BRASÍLIA - DF**

**FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE  
CONFLITOS**

**EDUARDO AUGUSTO GONÇALVES DAHAS**

**SÍLZIA ALVES CARVALHO**

**GABRIELLE SCOLA DUTRA**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

**Diretoria - CONPEDI**

**Presidente** - Profa. Dra. Samyra Haydée Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

**Diretor Executivo** - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

**Vice-presidente Norte** - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

**Vice-presidente Centro-Oeste** - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

**Vice-presidente Sul** - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

**Vice-presidente Sudeste** - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

**Vice-presidente Nordeste** - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

**Representante Discente:** Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

**Conselho Fiscal:**

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

**Secretarias**

**Relações Institucionais:**

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

**Comunicação:**

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

**Relações Internacionais para o Continente Americano:**

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

**Relações Internacionais para os demais Continentes:**

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

**Eventos:**

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

**Membro Nato** - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

F723

FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Eduardo Augusto Gonçalves Dahas, Sílzia Alves Carvalho, Gabrielle Scola Dutra – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-075-5

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Saúde: UM OLHAR A PARTIR DA INOVAÇÃO E DAS NOVAS TECNOLOGIAS

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Formas consensuais. 3. Solução de conflitos. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



# XXXI CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BRASÍLIA - DF

## FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

---

### **Apresentação**

A presente obra é fruto do Grupo de Trabalho de Artigos “Formas Consensuais De Solução De Conflitos I”, coordenado pelos professores Gabrielle Scola Dutra, Eduardo Augusto Gonçalves Dahas e Sílzia Alves Carvalho, no âmbito do XXXI Congresso Nacional do CONPEDI Brasília - DF, evento organizado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), que reúne as pesquisas desenvolvidas por pesquisadores da área do Direito, com a temática central: um olhar a partir da inovação e das novas tecnologias, realizado entre os dias 27, 28 e 29 de novembro de 2024.

No contexto dos limites e das possibilidades da implementação de formas consensuais de solução de conflitos, sabe-se que o cenário da sociedade atual apresenta um horizonte de complexidades que se manifestam, incentivando o surgimento de conflitos de diversas naturezas. Nesse contexto, os conflitos se intensificam a partir de duas dimensões: o conflito negativo e o conflito positivo. O conflito negativo é caracterizado por uma conotação destrutiva, baseado em arranjos problemáticos que se sustentam em relações adversárias, culminando em um cenário de hostilidade com a intenção de aniquilar o Outro.

Por outro lado, o conflito positivo é uma forma criativa de transformação, cujo movimento contribui para o progresso civilizacional, sendo reconhecido como um potencial para transformar a realidade das pessoas envolvidas. O conflito positivo transforma os envolvidos no liame conflitivo e impacta seus modos de ser, agir e estar no mundo, ao afastar a violência e adotar métodos mais colaborativos e fraternos para sua resolução. Nesse sentido, fala-se em processos de autorresponsabilização, que emergem na estrutura comportamental humana ao abrir espaço para novos mecanismos de lidar com os conflitos por intermédio de formas consensuais de solução de conflitos.

Logo, constata-se que as seguintes pesquisas, apresentadas no Grupo de Trabalho de Artigos “Formas Consensuais De Solução De Conflitos I”, contribuem para demonstrar as potencialidades das formas consensuais de resolução de conflitos no contexto do Direito: A mediação como forma efetiva de solução dos conflitos que envolvem violência doméstica; A solução consensual de conflitos no Brasil e uma análise comparativa entre sistemas jurídicos estrangeiros; A solução consensual de controvérsias relevantes e prevenção de conflitos no âmbito do Tribunal de Contas da União; A tecnologia e a resolução online de conflitos através do pluralismo jurídico; O acordo de não persecução civil no âmbito eleitoral: análise

das potencialidades sob a perspectiva normativa do Conselho Nacional do Ministério Público; O acordo de não persecução penal e sua utilização para a resolução dos conflitos decorrentes dos novos crimes em Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021);

A aplicabilidade da arbitragem ambiental no Direito Brasileiro: vantagens e limites; As novas perspectivas da atuação notarial: a inclusão do art. 7-a na Lei 8.935/1994 e seu impacto na mediação e arbitragem; Gênero, moralidade e categorias de pertença em sessões de mediação familiar no Tribunal; Justiça restaurativa e círculos de construção de paz: um relato de experiência no centro de atendimento socioeducativo Santa Luzia em Pernambuco; Mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos no Brasil: análise da contribuição para a melhoria da prestação jurisdicional; Métodos adequados de solução de conflitos - MASCS – conexões com a teoria do agir comunicativo de Jurgen Habermas; O ANPP e a reparação dos danos nos crimes tributários; Práticas de justiça restaurativa em acordos de não persecução penal: a experiência da Justiça Federal de Mogi das Cruzes/SP; processo estrutural e solução negociada de conflitos: resolução de casos complexos por meio de reclamação pré-processual; Reforma Tributária Brasileira: um caminho para a justiça fiscal e a prevenção de conflitos;

Conselho Nacional de Justiça e políticas públicas de combate à violência doméstica no Brasil: análise do protocolo para julgamento com perspectiva de gênero; Análise das políticas judiciárias nacionais de enfrentamento à violência contra a mulher e o exemplo mexicano; Acordo de não persecução penal e sua utilização para a resolução dos conflitos decorrentes dos novos crimes em licitações e contratos administrativos (lei 14.133/2021); Mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos no Brasil: análise da contribuição para a melhoria da prestação jurisdicional; a justiça restaurativa e a sua relação com a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos.

Desejamos uma ótima leitura!

Gabrielle Scola Dutra (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas (Faculdade Anhanguera de Belo Horizonte - Unidade Antônio Carlos)

Sílzia Alves Carvalho (Universidade Federal de Goiás - UFG)

# **GÊNERO, MORALIDADE E CATEGORIAS DE PERTENÇA EM SESSÕES DE MEDIAÇÃO FAMILIAR NO TRIBUNAL**

## **GENDER, MORALITY AND MEMBERSHIP CATEGORIZATION IN A MEDIATION FAMILY ON COURT**

**Juliana Lopes Ferreira <sup>1</sup>**

### **Resumo**

O artigo apresenta o estudo da mediação de conflitos no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), em transcrições de dados reais de fala-em-interação em sessões de mediação familiar judicial, a partir da ferramenta teórico-metodológica da análise da conversa e da categoria de pertença, abordagens que examinam a fala situada, a categorização que os participantes fazem de si e dos outros e rastreiam o surgimento de conhecimento de senso comum na vida social. O foco da pesquisa é na fase de narrativas da mediação, em que os mediandos contam suas versões da história que motivou a ida deles ao Tribunal, já que as mediações são realizadas em ações judiciais familiares em trâmite. Como resultados iniciais da análise de dados, observam-se as reclamações e as acusações dos mediandos classificadas por gênero em termos de categorização da mulher: surtada, vingativa e agressiva, três categorias presentes quando se trata de conflitos judicializados acerca de alimentos e convívio familiar entre pais e filhos.

**Palavras-chave:** Gênero, Moralidade, Categoria de pertença, Mediação familiar, Tribunal

### **Abstract/Resumen/Résumé**

The article presents the study of mediation in the Rio de Janeiro Court of Justice (TJRJ), in transcripts of talk-in-interaction real data in judicial family mediation sessions, based on the theoretical-methodological tool of conversation analysis and the membership categorization analysis, approaches that examine situated talk, the categorization that participants make of themselves and others and track the emergence of common-sense knowledge in social life. The focus of the research is on the narrative phase of mediation, in which the participants tell their version of the story that motivated them to go to court since the mediations are carried out in ongoing family lawsuits. The initial results of the data analysis show the complaints and accusations made by the participants, classified by gender in terms of categorizing women as “crazy”, “vengeful” and “aggressive”, three categories present when it comes to legal disputes over maintenance and family life between parents and children.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Gender, morality, Membership categorization, Family mediation, Court

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Linguística Aplicada pelo PIPGLA da UFRJ. Mestra em Direito pelo PPGD da UNIRIO Advogada, professora e consultora jurídica julianalferreira@yahoo.com.br

## **Introdução**

Atualmente, a mediação de conflitos é um serviço público oferecido nos tribunais brasileiros, geralmente como forma de tratar os conflitos em fase processual inicial, principalmente se o caso versar sobre contendas familiares, tendo em vista que a mediação é recomendada para casos de relações continuadas no tempo (Brasil, 2015).

Em se tratando de mediação familiar, Parkinson (2008, p. 22) compreende que a mediação deve ser direcionada para o conflito que originou a dissolução do vínculo conjugal, estimulando a reorganização da família e atendendo as necessidades dos membros familiares. Para os mediadores atuantes no âmbito familiarista, salienta Parkinson (2008, p. 86): “Temos de estar conscientes dos nossos próprios condicionamentos culturais e valores pessoais e tendências para os estereótipos”.

Tanto Parkinson (2008, p. 83) quanto Soares (2011, p. 374) assumem que é comum relatos de violência surgirem durante uma sessão de mediação familiar e, podemos dizer, inclusive, que é uma das características desse tipo de mediação. Para Soares, o problema está na invisibilização ou naturalização da violência, um fenômeno que ocorre em razão da desigualdade de gênero, posto que nos acostumamos a: i) anestesiar o mal-estar da mulher; ii) manter crenças patriarcais que marcam discriminação e assimetria de poder em relação à mulher; iii) não interferir por considerarmos o tema de natureza privada e não de natureza pública (Soares, 2011, p. 375).

O judiciário brasileiro recentemente editou o protocolo para julgamento com perspectiva de gênero como um guia para juízes e juízas do país. No protocolo, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ – (Brasil, 2021, p. 8) reconheceu “a influência do patriarcado, do machismo, do sexismo, do racismo e da homofobia” questões transversais no direito que geram efeitos em sua interpretação e aplicação. Para o CNJ (2021), em matéria familiar, “o gênero feminino, sempre que não se encaixa na expectativa social, é rotulado com estereótipos como o da vingativa, louca” (p.25), resultando num questionamento da credibilidade da mulher o que, por sua vez, possibilita violações de direito.

Na medida em que a mediação é um serviço público oferecido pelos tribunais à sociedade, que as matérias de natureza familiar são reconhecidamente atravessadas por questões de gênero e, logo, como vimos, violência de gênero; que a mediação deve ser priorizada no trato de questões familiares no judiciário, é imperiosa a relevância e a necessidade da produção de estudos sobre o tema, incluindo pesquisas de campo que apresentem dados da prática nos tribunais brasileiros.

Neste artigo, o objetivo é investigar se ocorrem fenômenos que envolvam questões de gênero durante sessões de mediação familiar judicial e como ocorrem, utilizando as

metodologias da análise da conversa e da categoria de pertença, pesquisa realizada com base em gravações audiovisuais de mediações realizadas em dois Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC's) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), nos anos de 2021 e 2022, em sessões de mediação on-line e de mediação presencial, designadas em ações judiciais de alimentos, guarda e regulamentação de visitas, tratando-se, portanto, de mediações realizadas em processos judiciais em andamento no Tribunal.

Para tanto, nas seguintes seções será visto noções acerca de gênero dentro do contexto da análise da conversa e da categoria de pertença; metodologia e dados e a análise dos dados realizada para o presente trabalho, concluindo, em caráter inicial, na ocorrência de categorizações da mulher com base em um preconceito de gênero.

### **1. Estudos de linguagem e gênero em mediações de conflitos pela ótica da análise da conversa e categoria de pertença**

Os estudos de Eckert e McConnel-Ginet (1995[2010]) começam a questionar a dicotomia entre conversa de homem e conversa de mulher e as pesquisas nos anos seguintes dedicam-se aos estudos a partir do conceito de performatividade de gênero, como conceitua Butler, “gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e de feminino são produzidas e naturalizadas, mas o gênero pode muito bem ser o dispositivo pelos quais tais termos são desconstruídos e desnaturalizados” (2004[2022], p. 77), isto é, fazemos e desfazemos o gênero na linguagem e na mudança das normas sociais e jurídicas que regulam o gênero, por exemplo, os termos do anteprojeto do novo código civil que trata do conceito de família, que não cita “homem” ou “mulher” ao fazer referências a casal ou família (Brasil, 2024).

Weatherall (2017) explica que a análise da conversa investiga as identidades sociais como gênero, raça e idade quando elas são observáveis e relevantes na interação para mostrar o que os participantes estão dizendo e fazendo e que a análise da conversa aborda a identidade como um tipo de categoria de pertença, que pode ser “invocadas, usadas e negociadas no fluxo da interação”, por exemplo, “esposa como garota ou mulher casada, trazendo diferentes inferências sobre o comportamento social mais aceitável”, como exemplifica Weatherall (2017, p.1).

Kitzinger (2015, p.2-3), em seu artigo, explica gênero pela discussão dos papéis de mãe e pai, posto que diante da pergunta de uma enfermeira (se o bebê estava com fome), o pai respondeu que sim e a mãe que não, os dois desalinhados e, a mãe, em uma fala defensiva como se estivesse sendo acusada pela enfermeira, implicando em uma inferência lógica de que as mães são mais responsáveis que os pais. Nesse caso, Kitzinger descreve como a ação é

construída momento a momento durante a conversa, revelando como as pessoas reproduzem questões de gênero na fala-em-interação.

O tema de linguagem e gênero por meio da ACE já foi foco de análise na mediação, segundo os estudos das autoras Stokoe (2003) e Garcia e Fisher (2011). Para Stokoe, o gênero possui íntima ligação com o tema da moralidade, e os mediandos utilizam questões de gênero para embasar reclamações uns dos outros em sessões de mediações sobre conflitos de vizinhança. As reclamações de vizinhos consideraram impróprias as atividades da mãe consistente em ficar até tarde fora de casa enquanto seus filhos estão em casa sozinhos, demonstrando expectativas de gênero e julgamento moral (Stokoe, Edwards, 2012). Stokoe afirma que em uma sessão de mediação familiar, por exemplo, o mediando utiliza várias formas para se referenciar a outra medianda (mãe, mulher e ex-esposa) e ligada a essas categorias, ideias de ordem moral.

Garcia e Fisher (2011) afirmam que, durante as narrativas em uma sessão de mediação, pode surgir uma “ordem micropolítica de gênero local” (p. 291) e declaram que os casos de divórcio apresentam um contexto propício para investigar como os participantes em interação tornam relevante as questões de gênero. As autoras descreveram as ações de um ex-casal e como a mulher ficou em desvantagem durante a interação com o ex-marido. A desigualdade centrou-se no significado que prevaleceu acerca do que era “estar lá para as crianças”, assunto fundamental para definirem a guarda dos filhos. Segundo a esposa, “estar lá para as crianças” era alguém capaz de estar fisicamente com as crianças, cuidando delas. Para o marido, alguém capaz de garantir apoio financeiro e providenciar o necessário para o trato delas.

A prevalência da versão do marido sobre a versão da esposa resultou no enfraquecimento dos argumentos da mulher a respeito da guarda compartilhada. E, para Glenn (2019, p. 220), por mais que a fala-em-interação adversarial seja colaborativa para construção de uma conversa coerente, há reclamações, respostas não preferidas, falta de alinhamentos (falas e gestos que apoiam o turno de fala anterior, por exemplo) a perguntas anteriormente formuladas. Em suma, a fala de conflito está justamente na diversidade das narrativas – diferentes versões e implicações morais. Garcia e Fisher (2011) mostraram a possibilidade de compreendermos a construção colaborativa da desigualdade, observando a prevalência da versão de um mediando sobre a versão do outro ao longo da interação na mediação familiar judicial.

## **2. Metodologia e dados**

A análise da conversa é uma abordagem naturalística, que utiliza gravações de áudio e/ou vídeo de interações ocorridas em ambientes naturais, não laboratoriais, como dado



primário da pesquisa, a partir do qual elabora transcrições detalhadas, que permitem ao pesquisador examinar como a ação social foi produzida. Na análise da conversa, estuda-se “a fala das pessoas propriamente dita – não seus pensamentos, intenções, emoções, crenças ou experiências de vida, assumidos como subjacentes à fala” (Ostermann, 2008, p. 246). As transcrições são importantes também, por permitirem ao pesquisador revisitar seus dados reiteradamente, para checar o grau de acuidade das descrições feitas das ações. Essa é uma das formas de se garantir a validade das pesquisas, através da manutenção do ponto de vista êmico, i.e., dos participantes da interação, e não o do analista. Isso faz com que a análise da conversa seja uma metodologia de tipo indutiva, produzindo teoria a partir da empiria.

Enquanto a análise da conversa identifica e descreve as práticas e estruturas tácitas subjacentes à interação social, as categorias de pertença focam nas práticas que os participantes da conversa usam para descrever e compreender o mundo em que vivem, e como o senso comum funciona socialmente (Liu, 2015), constituindo-se em dois métodos diferentes, embora originadas da mesma fonte: os estudos das interações sociais com base em dados da vida real gravados e transcritos por Harvey Sacks.

As categorias de pertença foram estudadas por Sacks no início da década de 1960, interessado em compreender como as pessoas categorizam a si mesmos, as outras pessoas e suas ações durante a interação social, como recurso socialmente construído, como o exemplo “O bebê chorou. A mamãe o pegou” (Sacks, 1992, p. 237), em que bebê e mamãe integram a categoria família (idem, p. 238) e, que por mamãe, entende-se a mãe do bebê e não qualquer outra mãe.

Categorias são “reservas de conhecimento cultural constituintes da ordem social, facilitando a interação e tornando-a previsível” (Martikainen, 2022, p. 706), encurtando e empacotando o conhecimento de senso comum sobre membros de uma determinada categoria e suas ações, conforme o que consideramos normal, aceitável ou inapropriado para um titular da categoria (idem). Dessa forma, as categorias descrevem e classificam as pessoas tanto quanto fazem julgamentos sobre a identidade delas, construindo localmente identidades e normas que influenciam de sobremaneira a interação social (p. 707).

Em relação aos dados, para este trabalho foram registradas gravações audiovisuais de mediações judiciais realizadas por videoconferência, via aplicativo Microsoft Teams, bem como de gravações de áudio de mediações judiciais presenciais, em Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC’s), do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro (RJ)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Pesquisa aprovada pelo comitê de ética em pesquisa em seres humanos da UFRJ (CAAE 52299821.8.0000.5286). Todos os nomes de pessoas, lugares e qualquer outro termo passível de identificação dos participantes da pesquisa foram trocados na transcrição e, nos eventos de divulgação da pesquisa, ocorrendo a exibição do áudio, altera-se as vozes dos participantes e supre-se nomes e demais referências passíveis de identificação. Na ocorrência da

As mediações ocorreram nos anos de 2021 e 2022 e suas gravações foram posteriormente transcritas em sistema de escrita-mista (GAGO, 2002), que consiste na transcrição da palavra da forma como foi falada e na observância da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), mantendo a compreensibilidade das transcrições para análise e discussão de dados, segundo as convenções de transcrição de Jefferson (2004), utilizada na transcrição pelos analistas da conversa, na fonte courier new, tamanho 10, para uniformizar a marcação de várias ocorrências da fala-em-interação por meio de símbolos que sinalizam, por exemplo, as pausas, as sobreposições de fala, os risos, o volume, o ritmo, a entonação da fala, dentre outras, levadas em consideração para caracterização da ação social praticada pelos participantes.

### **3. Análise de dados**

A fase de narrativas na mediação pode conter em torno de vinte a sessenta minutos, considerando a narrativa tanto da pessoa que moveu a ação (autor) quanto da pessoa que respondeu ao processo (réu), chamados de mediandos, na sessão de mediação. No entanto, é nessa fase que mais surge nos dados as categorizações da mulher, do homem e da família feita pelos mediandos e mediadores e, em razão disso, é com base nessa fase que serão descritas as práticas de categorizações. Diante do longo tempo de narrativa, utilizou-se como critério a seleção de excertos em que os participantes expressamente orientam-se uns aos outros ou a si mesmos com atribuições de papéis, por exemplo, "ele tirou fotos da minha casa, botou no processo, pra me diminuir como mãe, me humilhar como mulher".

No caso 1, a sessão analisada aqui foi a primeira de cinco sessões de mediação online, contando com duas horas, quarenta e dois minutos e dez segundos de gravação audiovisual. Trata-se de uma ação judicial de guarda movida por Ricardo contra Karoline em relação ao filho de quatro anos do ex-casal. A mediação foi conduzida por duas mediadoras mulheres, a Adriana, mediadora principal (Med 1), e a Alana, mediadora em treinamento (Med 2), estando presente a advogada Denise, patrona do Ricardo e ausente a defensora pública de Karoline, representante dela. Em resumo, Karoline e Ricardo se relacionaram durante alguns anos e dessa relação nasceu o filho deles, porém, o pai queixa-se do pouco contato que possui com o filho. Após o discurso de abertura, a Med 1 seleciona o Ricardo para iniciar o relato da história, uma vez que foi ele a pessoa que ajuizou a ação judicial. É o que veremos a seguir.

---

divulgação desta pesquisa, optamos pela divulgação apenas do áudio editado. As gravações audiovisuais registradas serão utilizadas apenas para nossas observações, análises e transcrições, quando necessário. Dessa forma, mantemos a confidencialidade e a proteção dos dados de todos os envolvidos que consentiram com a pesquisa, de forma livre e esclarecida, tudo na forma das Resoluções n. 466/2012 e n. 510/2016, do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e da Lei n. 13.079/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

### Excerto 1\_Caso1\_1SM\_Guarda\_(00:33:53\_00:34:56)

33:53 1 Med 1 ricardo, tá pro:nto ricardo,  
33:56 2 Ricardo tô p(h)r(h)o(h)n(h)to °>mas não tô-<°  
33:58 3 Med 1 =ok. entã::o  
4 Med 2 [vamos lá]  
33:58 5 Med 1 [é co:m ] você  
33:59 6 Ricardo mais ou [menos pronto]  
34:00 7 Med 1 [vamos começ ]ar  
8 (0.5)  
34:01 9 Med 1 o que que te trouxe aqui.  
34:02 10 Ricardo então eu:: (.) acabei (.) é:: vindo (.) pedir o  
11 auxílio da justiça (.) porque: tá::- ficou muito  
12 difícil minha relação (0.5) com a progenitora do  
13 meu filho e com a família dela e até eu com o meu  
14 filho que não tava conseguindo mais ter é::,  
15 contato com meu filho devidamente. (1.5) eu tive  
16 um relacionamento com a Katarina (.) é:: um  
17 relacionamento extraconjugal (.) meu casamento  
18 passou por uma crise (.) e aí a gente se encontrô  
19 (.) e:: foi muito lindo, foi muito bom (1.0) é:::  
20 apesá dos transtorno que eu passava e também é::  
21 toda confusão que envolvia, que nos envolvia nessa  
22 situação que a gente viveu.

A primeira referência de Ricardo à Katarina é “progenitora” (linha 12) e, logo, a queixa de não conseguir contato “com meu filho devidamente” (linha 15), revelando o *status* da antiga relação entre os dois como “um relacionamento extraconjugal” (linha 17). Embora tenha avaliado positivamente a relação deles com “foi muito lindo, foi muito bom” (linha 19), Ricardo faz suas queixas em relação à Katarina durante a gestação e após o nascimento do filho:

### Excerto 2\_Caso1\_1SM\_Guarda\_(00:37:07\_00:39:15)

37:07 1 Ricardo e aí meu filho nasceu (.)acompanhei todo o  
2 processo de:: da gestação (.) com altos e baixos,  
3 mas fiquei ali (.) fui até o fim em todas as  
4 consultas, todos os exames, é:: tudo que precisô.  
5 pra que a criança viesse ao mundo (.) bem  
6 amparada (.) eu tava lá. fiz (.) acontecer, nunca  
7 faltou nada pro meu filho, quero ressaltar aqui,  
8 nunca deixei faltar nada pro meu filho, mesmo com  
10 muita dificuldade, ne::, financeira, eu nunca  
11 faltar nada, >me endividei no banco<, nos cartões  
12 de crédito, então tudo que a progenitora dele  
13 precisou, quis, eu fui e comprei, dei pra ela.  
14 Todo enxoval do meu filho (.) eu fiz. tivemos  
15 muita ajuda, o pessoal do trabalho dela com chá  
16 de bebê, é:: é:: ele ganhou muita coisa porque  
17 graças a deus tanto eu quanto ela somos pessoas  
18 queridas na na família e na na sociedade no modo  
19 geral (.) então tivemos até muita ajuda também  
20 (.) nesse sentido ai (.) pela dificuldade que eu  
21 passei, que eu passava naquele momento (0.5) mas

22 só que aí, depois que meu filho nasceu, o tempo  
 23 foi passando e as coisa não se consolidou (.) e:  
 24 ai complicou mais a nossa relação (.) foi  
 25 complicando, foi complicando, as brigas ficaram  
 26 mais intensa (0.5) eu via meu filho todos os dias  
 27 quando ele nasceu. eu ia lá todos os dias vê meu  
 28 filho. ai teve a primeira briga logo em seguida.  
 29 aí alternou os dia pra vê meu filho. aí teve outra  
 30 briga, aí era assim. (.) eu sempre sendo  
 31 retaliado pela pela pela confusão que a gente se-  
 32 as brigas e discussões (.) tudo que não agradava  
 33 Katarina, ela me tirava meu filho. era um meio  
 34 pra me retaliar.

No excerto 2, Ricardo faz nova avaliação da relação, dessa vez, um relacionamento "com altos e baixos" (linha 2) e faz uma avaliação de si mesmo como pai presente e provedor: "fui até o fim em todas as consultas, todos os exames, é:: tudo que precisô. pra que a criança viesse ao mundo (.) bem amparada (.) eu tava lá" (linhas 3-6), fazendo outra avaliação de si como bom provedor: "tudo que a progenitora dele precisou, quis, eu fui e comprei, dei pra ela" (linhas 12 e 13), embora reconhecesse que o filho ganhou muita coisa de amigos e familiares (linhas 14 e 15), fazendo uma avaliação de ordem moral positiva porque o filho ganhou coisas por serem os dois boas pessoas: "tanto eu quanto ela somos pessoas queridas na- na família e na- na sociedade" (linhas 16-17).

Porém, quando o filho nasceu, Ricardo reclama que "as brigas ficaram mais intensa" (linhas 25-26) e acusa Katarina de afastar o filho dele da convivência com ele, fazendo um avaliação de ordem moral das ações de Katarina: "tudo que não agradava Katarina, ela me tirava meu filho. era um meio pra me retaliar" (linhas 32-34), ou seja, para Ricardo, tudo que não agradava Katarina fazia com que ela lhe tirasse a convivência com o filho, o que Ricardo faz nesse momento é construir uma imagem de Katarina como uma pessoa que faz retaliações (linha 34).

No excerto 3, Ricardo reclama da agressividade de Katarina, acusando-a: "ela tem uns surtos aí" (linha 2) e, segue, com outras acusações "ela é agressiva (.) ela é possessiva (.) e:: >ciumenta e tudo mais" (linhas 4-5), em sequência, retomando a acusação dos surtos, fazendo uma avaliação sobre a situação, "ela:: quando tava fora de si era muito difícil (.) e onde tivesse, ela tinha essa- ela tem esse problema de- de- agressão verbal, agressão física (linhas 5-8), ressaltamos esse autorreparo feito pelo Ricardo quando diz "ela tinha essa- ela tem esse problema" (linha 7), um autorreparo que será mencionado pela própria Katarina, mais a frente.

### Excerto 3\_Caso1\_1SM\_Guarda\_(00:41:38\_00:42:50)

41:38 1 Ricardo infelizmente a Katarina ela tem (.) uns rompantes  
2 (.) que: é complicado, ela tem uns surtos aí que a  
3 gente- eu não consegui entender até hoje (.) porque  
4 ela é agressiva (.), ela é possessiva (.), e::  
5 >ciumenta, e tudo mais<. é ela:: quando tava fora  
6 de si (.) era muito difícil e:: onde tivesse, ela  
7 tinha essa::- ela tem esse problema de- de- de  
8 agressão verbal, agressão física, tanto é que eu  
10 tenho dois- eu fiz dois erreó, né, que chegou ao  
11 extremo da- da- da:: agressividade dela, (.) e aí  
12 eu tava tentando me protegê (.) porque eu não  
13 queria mais ser mais agredido na frente do meu  
14 filho e nem em momento algum (.)né, ela falava que  
15 eu merecia ser- haha merecia apanhá, é: as  
16 palavras dela, "você merece apanhar pelo que você  
17 fez comigo e com sua mulher". muito difícil você  
18 ouvir isso de uma pessoa que você ama, sabe, que  
19 você tem total carinho. total amô.

Por cerca de quarenta minutos, Ricardo expôs seu lado da história até a Med 1 interrompê-lo, afirmando que entendeu seu ponto de vista e dizendo ser necessário ouvir a perspectiva de Katarina, o que se seguiu a partir dessa intervenção. Katarina fez algumas anotações enquanto ouvia Ricardo e em sua vez de falar, defendeu-se das acusações e queixas dele, trazendo outro ponto de vista para mediação. Assim, os próximos excertos que veremos consiste na primeira vez que Katarina falou na sessão de mediação.

No excerto 4, Katarina fala sobre o status do relacionamento deles, contrapondo à explicação inicial do mediando Ricardo sobre a relação extraconjugal. Para Katarina, Ricardo tinha um pedido de formar uma família com ela, "ele sempre me pediu, como que ele pedia, uma família. (linhas 1-2), "que a família seria composta do filho (.) e me pediu um filho" (linhas 3-4), . Katarina reforça a ideia de família, fazendo uma avaliação de ordem moral do casamento dele e da legitimidade de sua maternidade: "ele tendo alguém pra fazer um filho, me perdoa falar esse termo, mas ele tendo uma pessoa, quis comigo o filho" (linhas 5-7):

### Excerto 4\_Caso1\_1SM\_Guarda\_(1:22:28\_1:23:42)

1:22:28 1 Katarina e:::, ele sempre me pediu, como que ele pedia,  
2 uma família. (1.0) que ele não tinha uma família  
3 de verdade, que a família seria composta do filho  
4 (.), e me pediu um filho. (1.5), né. ele tendo  
5 alguém pra fazer um filho, °me perdoa falar esse  
6 termo°, mas ele tendo uma pessoa, quis comigo o  
7 filho, alegando que não estaria mais, (0.8) é::  
8 envolvido com a pessoa. (.) lembrando que ele  
9 trabalha embaixo da casa dele (2.0) era uma das  
10 razões pela qual ele dizia que não tinha  
11 condições (.) de arcar com a situação. porque  
12 ele é autônomo, nunca teve carteira assinada,  
13 e::: alegava >que como trabalhava embaixo da casa

14 não tinha como sair de lá< (1.0) era o que ele  
15 dizia pra mim.  
1:23:12 16 Katarina é:::, alugou casa comigo, (.), né, alugô, >mas  
17 no meu nome< porque não tinha comprovação de  
renda  
1:23:19 18 (2.0)  
1:23:21 19 Katarina né, e::: chegou pra mim e falou assim, "agora  
20 você não me larga" porque eu de barriga (.) né(.)  
21 me senti ali muito constrangida porque, foi uma  
22 forma dele dizê "agora cê vai fazê o que cê quiser  
23 porque agora cê tá grávida e não vai aguentar  
24 tudo", "cê não vai me largar agora por qualquer  
25 besteira, porque agora por conta do filho você  
26 vai ter que suportá" (1.5) foi isso que eu entendi  
27 nessa fala dele de "agora você não me larga".

Ainda no excerto 4, Katarina faz uma prestação de contas utilizando fala reportada dele, dizendo que ele "alegava >que como trabalhava embaixo da casa não tinha como sair de lá<" (linhas 13-15) e nova fala reportada com "agora você não me larga" (linhas 19-20) quando ela "de barriga" (linha 20), expressando livremente o sentimento dela no momento: "me senti ali muito constrangida" (linha 21). A seguir, o excerto 5, Katarina faz uma avaliação de si no contexto vivido com Ricardo.

#### Excerto 5\_Caso1\_1SM\_Guarda\_(1:26:01\_1:26:22)

1 Katarina hoje tendo a visão que eu tenho hoje eu tenho a  
1:26:01 2 impressão (.) né, a impressão de que eu fui (.)  
3 apenas o veículo dele ter o filho que ele nunca  
4 teve,↓ (0.5) devido a idade. (2.0) eu acredito  
5 hoje vendo a minha posição de vida. que eu fui  
6 usada apenas como um veículo pra dá a ele o que  
7 ele nunca teve com a esposa ((ricardo gira a  
8 cabeça para os lados quatro vezes).

Ao avaliar com base na "visão que eu tenho hoje" (linha 1), Katarina diz "eu fui usada apenas como um veículo pra dá a ele o que ele nunca teve com a esposa" (linhas 6-7), uma avaliação de ordem moral que encontra ressonância com a forma pela qual ele se orienta a ela na conversa, "progenitora" (excerto 1, linha 12), o papel de progenitora como sendo um objeto (veículo) para ter um filho, embora ele negue com a cabeça no momento em que ela faz essa avaliação (linha 8).

#### Excerto 6\_Caso1\_1SM\_Guarda (1:27:21\_1:27:58)

1:27:21 1 Katarina e eu não sei se vocês viram na fala do rodrigo, (.)  
2 que teve um momento em que ele falou "essa" (1.5),  
3 "não sei o que <essa->" (.) aí depois ele foi  
4 retravou (.) e- e-, mudou a palavra. (.) quando ele  
5 termino- não continuou essa (.) fala dele que ele  
6 falou "porque ela não sei o que, <essa>" essa no  
7 caso eu "essa alguma coisa" ele sempre me chamou de

8 <lôca> (.) lôca, doida, né, foi como ele sempre me  
9 retratou. (.) a doida, a lôca, então ele deu uma  
10 segurada ali, mas era isso que provavelmente sairia  
11 da boca dele.

No excerto 6, Katarina chama a atenção de todos “eu não sei se vocês viram na fala do rodrigo” (linha 1) para o autorreparo que Rodrigo fez no excerto 3, linha 7, “não sei o que, <essa>” essa no caso eu “essa alguma coisa” (linhas 6-7), e Katarina diz “ele sempre me chamou de <lôca>” e, por esse motivo, Katarina faz uma avaliação de que “ele deu uma segurada ali” (linhas 9-10), porque “era isso que provavelmente sairia da boca dele” (linhas 10-11), isto é, Katarina avalia que ele iria chamá-la de louca, mas fez um autorreparo antes.

#### Excerto 7\_Caso1\_1SM\_Guarda\_(1:42:40\_1:43:44)

1:42:40 1 Katarina e::: as próprias fotos dele com o filho dele provam  
2 que não teve alienação parental porque todas as  
3 fotos que ele postou no processo, com o filho dele,  
4 foram dos mesversário. foram inclusive na minha  
5 casa porque na casa dele eu nunca entrei ( ),  
6 nunca entrei na casa do ricardo, o que eu fui, foi  
7 na- na garagem que é onde ele trabalha, trabalha  
8 na garagem da casa, então, assim, eu nunca entrei  
9 na casa dele (1.0) ele entrou na minha (.) e  
10 desrespeitou a minha casa. (.) enquanto eu o  
11 recebia, ele foi e tirou fotos da minha casa, botou  
12 no processo, pra me diminuir como mãe, me humilhar  
13 como mulher, me chamar de incapaz, ne, de- chegou  
14 a falar do local onde eu moro, sendo que tenho cépe,  
15 >pode ele não gostar<, mas tenho, tem o cépe do  
16 correio, onde eu recebo as coisas, então assim, a  
17 forma que ele fez as coisas poderia ter sido  
18 evitadas se esse acordo (.) tivesse acontecido  
19 antes. bom, eu encerro aqui (.) obrigada

No excerto 7, Katarina reclama de Ricardo, “ele entrou na minha (.) e desrespeitou a minha casa” (linhas 9-10), fazendo uma avaliação “enquanto eu o recebia, ele foi e tirou fotos da minha casa, botou no processo, pra me diminuir como mãe, me humilhar como mulher” (linhas 10-13), ou seja, ele foi até a casa dela para obter provas contra ela, diminuindo-a como mãe e humilhando-a como mulher e, pelo endereço mencionado por Katarina às mediadoras, ela é moradora de território popular – favela.

Ao longo das sessões de mediação do caso 1, os mediandos avançam na construção de regras de convivência, tendo em vista que a criança residia com a mãe. No entanto, na quarta sessão de mediação, a Katarina se sentiu insegura de assinar o termo de acordo porque estava sem amparo jurídico e, diante disso, as mediadoras agendaram a quinta

sessão de mediação de forma que Katarina buscasse orientação jurídica nesse intervalo até a próxima sessão. A quinta sessão de mediação não pode ser realizada porque Ricardo e sua advogada não compareceram e, contactados pela mediadora, informaram que desistiram da mediação e optaram por seguir o trâmite processual até alcançar a decisão judicial a ser proferida pelo juiz.

No caso 2, a sessão analisada aqui foi a primeira de três sessões de mediação presencial no tribunal, contando com três horas, trinta e três minutos e trinta e um segundos de gravação em áudio, considerando o antes e depois da mediação, momentos em que as mediadoras alinharam a forma de trabalho e avaliaram o trabalho realizado, respectivamente. Trata-se de uma ação judicial familiar movida por Nayara contra Pedro Carlos (apelido Peká) em relação ao filho de nove anos do ex-casal com objetivo de tratar de alimentos e guarda da criança.

A mediação foi conduzida por duas mediadoras mulheres, a Janaína e a Neuza, mediadoras judiciais, Med 1 e Med 2, respectivamente, estando presente a advogada Priscila, representante da Nayara e ausente a defensora pública de Pedro Carlos, representante dele. Em resumo, Nayara e Pedro Carlos viveram em união estável durante sete anos e dessa relação nasceu o Jorge. A mãe cobra que o pai preste alimentos ao filho e o pai, por sua vez, reclama não conseguir conviver com a criança. Na primeira sessão de mediação, após o discurso de abertura, as mediadoras ouviram os mediandos acerca do conflito e, ato seguido, optaram por sessões individuais com cada um deles. O que veremos a seguir é a primeira sessão individual feita com o Pedro.

#### Excerto 1\_Caso2\_1SM\_Guarda\_Individual (1:09:34\_1:11:14)

1:09:35	1	Med 1	vocês moravam aonde?
1:09:36	2	Pedro	a gente morava aqui na praça.
1:09:39	3	Med 1	a:h daí você continua: lá hoje. ela que mudou?
	4	Pedro	não. e:la. então, >como eu falei lá atrás lá< por
1:09:41	5		eu morá com ela na praça e depois que a gente se
	6		separa >>mas continua morando<< porque- o rol de
	7		trabalho dela, as criantela dela fica tu::do
	8		nesse entorno aqui. até araçiba. tem advogada,
	9		mas também que- tem muita gente que é cliente
	10		dela >acredito também que essa moça deve ser até
	11		cliente dela. indicada< .h ela tem muito
	12		conhecimento, então, assim, (.) ela:: (.) tá me
	13		botando na justiça ma:is por raiva porque ela nem
	14		precisa, cara. °a verdade é essa°
1:10:09	15	Med 2	=ma:s ra:iva::, porquê↑
	16		(1.5)
1:10:12	17	Pedro	porque tem mulher que se separa do- do- é o meu
	18		entendimento com quarenta e nove ano.h (.) tem
	19		mulher que separa do homem, mas ela que:::r, ela
	20		quer viver a vida dela >mas ela não qué sabê que
	21		você tá com alguém<, °entendeu. :eu que vejo
	22		dessa forma, >não necessariamente que eu, esteja



23 errado<, e, quando ela sabe que eu tô com alguém,  
 24 ela:, ficava:::, meio que:, esquisita- já mudava,  
 25 °tendeu<sup>a</sup>  
 1:10:34 26 Med 1 =mas eu entendi que ela já tem relacionamento com  
 27 ou[tra pessoa e você tam]bém, né?  
 1:10:39 28 Pedro [heheh te(h)m t(h)e(h)m]  
 1:10:39 29 Med 1 vocês dois seguiram [a vida de vocês]  
 1:10:42 30 Pedro [é:: enquanto ela tava com-]  
 31 enquanto ela tava com- enquanto a vida dela tava  
 32 indo bem, ela tá bem. >ela não se preocupa  
 33 comigo<, desde o momento que a vida ( ) me  
 34 deixar na área::: é:: sentimental, ela já::  
 35 entendeu? ela até me acompanhava até na rede  
 36 social, >eu fui descobri isso agora, tem dois  
 37 meses, que tinha um Instagram. o- o fake que ela  
 38 me acompanhava, mandou um montão de foto minha.  
 39 >então, quer dizê:::, como que uma pessoa vive em  
 40 um relacionamento, é:: seguindo o ex, né. é uma  
 41 coisa meio qu[e:: ]°estranha.  
 1:11:06 42 Med 1 [e:]  
 1:11:07 43 Med 1 =deixa eu te::- só pra eu entendê melhõ, >peká.  
 44 é:: você tem sete filhos (.) °quatro ainda:  
 1:11:09 45 Pedro =é, o mais velho tem vinte e nove anos(.)

No excerto 1, Pedro faz uma avaliação da Natacha, "tem muita gente que é cliente dela" (linhas 9-12), fazendo uma acusação com avaliação de ordem moral, "ela:: (.) tá me botando na justiça ma:is por raiva" (linhas 12-13), inferindo logicamente que por ter muitos clientes, "ela nem precisa" (linhas 13-14). Aqui, Pedro constrói a imagem de Natacha como mulher raivosa e constrói o direito como sendo dela, "ela nem precisa" (linhas 13-14), como se ela estivesse pedindo algo para ela e não pelo filho deles, como uma representante legal.

A Med 2 pergunta "ra:iva::, porquê↑" (linha 15), obtendo de Pedro uma resposta com avaliação de ordem moral, uma crença de senso comum: "o meu entendimento com quarenta e nove ano.h (.) tem mulher que separa do homem, mas ela que:::r, ela quer viver a vida dela >mas ela não qué sabê que você tá com alguém<," (linhas 17-21), seguida de nova avaliação, "quando ela sabe que eu tô com alguém, ela:, ficava:::, meio que:, esquisita" (linhas 23-24). Diante disso, podemos inferir logicamente é que Pedro a considera uma mulher ciumenta/possessiva, seguindo o senso comum da mulher não querer saber se o homem está com alguém e, sabendo, fica "esquisita" (linhas 24).

A Med 1 toma o turno de fala e reformula algo dito pelos dois no início da sessão conjunta, "ela já tem relacionamento com ou[tra pessoa e você tam]bém" (linhas 26-27), confirmado entre risos por Pedro nas linhas subsequentes e novamente fazendo uma avaliação acerca do comportamento de Natacha: "como que uma pessoa vive em um relacionamento, é:: seguindo o ex, né. é uma coisa meio qu[e:: ]°estranha"

(linhas 39-41), utilizando-se de conhecimento de senso comum, que é estranho uma mulher comprometida seguir o ex-companheiro socialmente. A Med 1 toma o turno de fala e muda o tópico da conversa para os filhos do Pedro “=deixa eu te::- só pra eu entendê melhô, >peká. é:: você tem sete filhos (.) °quatro ainda:” (linhas 43-44).

Na sequência da conversa, Pedro informa que possui sete filhos e obrigação de prestar alimentos para três deles, respondendo ações judiciais em trâmite em outro fórum da cidade. Por essa razão, ele já tinha ido à defensoria pública em busca de informações jurídicas. A seguir, a Med 1 pergunta sobre a orientação da defensoria localizada no fórum em que estão.

#### Excerto 2\_Caso2\_1SM\_Guarda\_Individual\_(1:16:32\_1:17:41)

1:16:32 1 Med 1 e::: peká (.) a:: defensoria te orientô- daqui.  
2 >a defensoria daqui te orientô a oferecer quanto  
3 pro jorge,  
1:16:37 4 Pedro =não. ainda não ofereceu ela só- só:::- eu ach-  
5 eu acredito que ela vai contestá, assim como tá  
6 contestando, e:: ela chegou a contestá, assim, no  
7 caso, é o que- °o que elas pede que não existe  
8 (.) trinta mi:l .h trinta mi:l. não sei da onde  
9 tirou trinta mil. só de advocacia ela tá- tá  
10 pagando::- se vê que ela é uma pessoa que:- eu  
11 conheço ela (.) ela tá fazendo isso aí por outros  
12 atos, por vingança, por alguns meio, >porque se  
13 fosse uma pessoa carente<, ela entrava ( )  
14 por- por defensoria, né?  
1:17:15 15 Med 1 entendi, ma- é::: mas nesse momento que a  
16 defensora contestô, você disse, ela te orien:-  
17 qual orientação que a defensora te deu?  
18 Pedro então, ela falou pra mim o seguinte, vamos  
19 aguardá:: (1.5) e::: na conciliação se não houver  
20 (.) um: termo:, aí, a gente- eu vô entrá com essa  
21 documentação toda que o senhor já me... já está  
1:17:22 22 aqui comigo.  
1:17:41 23 Med 1 =entendi.

No excerto 2, Pedro responde a pergunta da mediadora sobre a orientação jurídica da defensoria, dizendo que não sugeriram valor de alimentos no caso dele “=não. ainda não ofereceu” (linha 4), avaliando que a “vai contestá” (linha 5), utilizando um termo jurídico específico, a contestação, uma defesa técnica do réu em um processo judicial. Nesse sentido, ainda que Pedro se encontrasse sem respaldo jurídico na mediação, podemos compreender que ele teve acesso prévio ao processo judicial e aos seus direitos, pois Pedro responde à mediadora que “ela chegou a contestá, assim, no caso, é o que- °o que elas pede que não existe (.) trinta mi:l .h trinta mi:l. não sei da onde tirou trinta mil” (linhas 6-9), concluindo com uma avaliação, que o gasto de Natacha com advogado é para se vingar dele, “só de advocacia ela tá- tá pagando” (linhas 9-10), ele prossegue nas linhas seguintes, “tá fazendo isso aí por outros atos, por vingança,” (linhas 11-

12), já que na avaliação dele, se ela não tivesse condições financeiras moveria um processo contra ela pela defensoria: ">porque se fosse uma pessoa carente<, ela entrava ( ) por- por defensoria" (linhas 13-14).

Pedro consolida o conhecimento acerca do direito iniciado no excerto anterior: que Natacha tem dinheiro porque tem muito cliente (excerto 1, linhas 9-10), que Natacha paga advogado particular (excerto 2, linhas 9-10) e, por isso, ela não precisa (excerto 1, linhas 13-14), posto que se fosse uma pessoa carente (excerto 2, linha 13), Natacha seria representada pela "defensoria" (linha 14). Embora Pedro estivesse orientado juridicamente pela defensoria, ele avalia os alimentos como uma necessidade dela e não do filho deles, o que parece fazer parte de um conhecimento de senso comum, posto que veremos esse entendimento presente nos outros casos de mediação.

Momentos depois a sessão individual com o Pedro é encerrada e as mediadoras chamam Natacha e sua advogada para a sessão individual enquanto Pedro aguarda no corredor do fórum, onde elas estavam antes. O excerto 3 começa com a pergunta da mediadora sobre a reclamação de Pedro no início da sessão conjunta, houve uma briga com troca de ofensas por áudio em aplicativo de conversa no celular (whatsapp) e, a partir daí, Pedro não teve mais contato com o filho Jorge.

### Excerto 3\_Caso2\_1SM\_Guarda\_Individual\_(1:35:16\_1:37:39)

1:35:16	1	Med 1	como foi ouvir essas coisas que ele tro::uxe,
	2		essas questões que ele tro:uxe, os áudios, e
	3		tu:do (.), dando o endere::ço,
1:35:26	4	Natacha	de coração:° °indiferente° porque- eu- eu sei
	5		como é, tendeu? então, assim, eu se:i a fantasia
	6		que cria, eu se:i todas as artimanhas-
1:35:32	7	Med 2	=conta a sua história pra gente porque nós
	8		ouvimos a versão [dele].
1:35:36	9	Med 1	[dele]
	10	Med 2	e [agora a gente-]
1:35:40	11	Natacha	[minha história c]om pedro é mu::ito >básica. é
	12		uma- é uma <u>↑vida norma::l</u> (.) eu me separei dele
	13		o jorge tinha um ano e oito meses, eu fui morar
	14		sozinha com jorge, desde: então, ele ficou dois
	15		anos sem ver o jorge quando eu me separei (1.0),
	16		sem é:: visitação, sem aju::da, sem na↑da. (.)
	17		depois eu que comecei a introduzir o jorge na
	18		vida dele de novo. aí sempre aquela coisa- 'ah,
	19		vou viajar, vou trabalhar, não posso, não tenho
	20		horário, tô passando mal, não posso buscar o
	21		jorge'. aí, me liga. 'ah'- >com essa voz que ele
	22		tava fazendo aqui,< °'ah, estou passando mal,
	23		Não posso buscar o jorge hoje'° ((Natacha imita
	24		a voz dele)) aí, daqui a pouco, você olha lá o
	25		print, tá em uma feijoada, tá num samba, tá
	26		isso- e isso o jorge foi crescendo e o jorge foi
	27		começando <u>↑a</u> vê (1.0) porque o jorgem <u>te:m</u> o
	28		telefone dele (.) então >ele poderia<, chegou

29 uma época que ele poderia entrar em contato com  
 30 o próprio jorge e, quando o jorge teve o contato  
 31 do pai no telefone, o próprio jorge começou a vê  
 32 a vida do pai (.) que deixava de ir buscar ele,  
 33 quando falava assim, '°tô che:gan:do:' (.) aí,  
 34 não. aí porque tava passando mal, >daqui a pouco  
 35 jorge falava assim 'mãe, meu pai tá no pagode',  
 36 'mãe, o meu pai tá no samba' (0.5) até a última  
 37 vez que teve uma discussão mu::ito grande-  
 38 >discussão não, né< na verdade ele- é::- foi por  
 39 causa do futebo:l, que eu pedi pra ele pagar o  
 40 futebol do jorge porque o jorge falou pra mim  
 41 que queria- que no futebol falar que o pai dele  
 42 pagava o::- a mensalidade do futebol (1.0) e,  
 43 quando ele pediu pro peká pagá:- o pek- porque  
 44 eu chamo ele de peká<-  
 1:37:12 45 Med 2 [=pode ser]  
 1:37:12 46 Med 1 [Hehehe]  
 1:37:15 47 Med 2 °te entendi°  
 1:37:16 48 Natacha é:. quando ele pediu pro peká pagá, o peká falou  
 49 que era mais fácil ele ter uma escolinha de  
 50 futebol que eu pagaria a metade da escolinha de  
 51 futebol pro pai, que era trinta e cinco reais no  
 52 caso né. a::-í (.) começou uma discussão (.) o  
 53 jorge pegou o telefone e ele começou a me xingar  
 54 por áudio, o jorge tomou a frente e defendeu a  
 55 mãe (.) foi aonde a minha mãe também entrou no  
 56 áudio e foi- uma confusão generalizada, né.

Perguntada sobre como se sente ao ouvir as reclamações de Pedro na sessão conjunta inicial, Natacha responde "de coração:?: °indiferente°" (linha 4), porque ela diz "eu se:i a fantasia que cria, eu se:i todas as artimanhas-"(linhas 5-6), passando a contar que ela tomou a iniciativa para que pai e filho retomasse a convivência após a separação, "depois eu que comecei a introduzir o jorge na vida dele de novo" (linhas 17-18), fazendo uso da fala reportada dele, Natacha presta contas da ausência de convivência entre pai e filho, "aí sempre aquela coisa- 'ah, vou viajar, vou trabalhar, não posso, não tenho horário, tô passando mal, não posso buscar o jorge' (linhas 17-21), exemplificando sobre "as artimanhas" (linha 6) o que ela via acontecer depois dessas negativas "aí, daqui a pouco, você olha lá o print, tá em uma feijoada, tá num samba, tá isso-" (linhas 24-26).

Natália continua a prestação de contas, dizendo que o filho do ex-casal, agora com telefone, viu que o pai "deixava de ir buscar ele, quando falava assim, '°tô che:gan:do:'" (linhas 31-32), daqui a pouco, o filho dizia 'mãe, meu pai tá no pagode', 'mãe, o meu pai tá no samba'" (linhas 34-35). Assim, enquanto Pedro estava orientado para a relação homem-mulher diante da estranheza em Natacha acompanhá-lo em redes sociais (excerto 1, linhas 36-41), Natacha estava orientada para a relação mãe-pai, confrontando as

negativas dele para conviver com o filho e o que, de fato, Pedro fazia nesses mesmos momentos (excerto 3, linhas 6, 17-26).

Nos casos 1 e 2, a categorização da mulher foi construída a partir de acusações, reclamações e avaliações de ordem moral feita pelos participantes em interação nas sessões de mediação judicial, conforme quadro que se segue.

Categoria de pertença:		MULHER			
Categorizações:	Progenitora	Retaliadora/Vingativa	Surtada	Agressiva/Raivosa	
Reclamações e avaliações de ordem moral:	"ficou muito difícil minha relação (0.5) com a progenitora do meu filho"	"tudo que não agradava Katarina, ela me tirava meu filho. era um meio pra me retaliar"	"ela tem (. ) uns rompantes"	"ela é agressiva"	
	"tudo que a progenitora dele precisou, quis, eu fui e comprei, dei pra ela"	"ela tá fazendo isso aí por outros atos, por vingança, por alguns meios porque, se fosse uma pessoa carente, ela entrava por defensoria"	"ela tem uns surtos aí"	"eu fiz dois erreó, né, que chegou ao extremo da-da-da:: agressividade dela"	
			"ela:: quando tava fora de si era muito difícil"	"assim, ela tá me botando na justiça mais por raiva. porque ela nem precisa"	

Fonte: própria autora

### Considerações Finais

Na categorização da mulher, nos dois casos analisados, observa-se a prática de ações similares: acusações e reclamações com avaliação moral, como a da mulher surtada (caso 1, excerto 3, linha 2) e vingativa (caso 2, excerto 2, linha 13), avaliações feitas a partir do conhecimento prévio que os falantes possuíam acerca da outra pessoa e até mesmo acerca do conhecimento de senso comum sobre a expectativa do comportamento da mulher (caso 2, excerto 1, linhas 35-41). Observa-se os mediandos se orientando a eles mesmos, como um bom provedor (caso 1, excerto 2, linha 8) e como as mediandas se orientam a eles, como alguém de artimanhas (caso 2, excerto 3, linha 6).

A orientação do participante está voltada ao conhecimento de senso comum sobre gênero, quando, no caso 2, o mediando faz duas avaliações de ordem moral a partir da construção cultural *i)* as mulheres são possessivas, porque separam do homem, mas não querem vê-lo com outra pessoa (caso 2, excerto 1, linhas 19-21) e *ii)* mulheres são ciumentas ou

dependentes, porque mesmo em novo relacionamento, acompanham o ex-companheiro (caso 2, excerto 1, linhas 39-41).

Destaca-se ainda como esse conhecimento de senso comum, formado por crenças pessoais, sociais e culturais, constrói estereótipos de gênero e o direito na ação interacional, de maneira legalmente diversa, isto é, as orientações dos mediandos “ela tem uns surtos aí” (caso 1, excerto 3, linha 2), “ela é agressiva” (idem, linha 4), “tem muita gente que é cliente dela” (caso 2, excerto 1, linhas 9-10) e “ela nem precisa” (idem, linhas 13-14), vão além da moralidade, porque, embora eles tenham se orientado juridicamente (caso acompanhado por advogada e caso 2, excerto 2, linhas 18-22), o conhecimento do senso comum prevalece com os mediandos construindo a imagem da mulher como uma pessoa louca e agressiva, conseqüentemente não sendo a pessoa mais adequada para cuidar de uma criança (caso 1) e construindo o entendimento dos alimentos como um direito da mulher ou como um dever dela (caso 2), centralizando na figura da mulher o papel de provedora única do filho, na contramão do regramento legal do dever de sustento partilhado.

Por fim, comparando a modalidade online com a modalidade presencial, podemos destacar, nesses casos, que *i)* a mediação online oportuniza uma organização interacional da fala com poucas interrupções em razão do microfone ligado ao falar e desligado ao ouvir o outro falando, ao contrário da mediação presencial, em que as falas sobrepostas são comuns; *ii)* as sessões individuais na fase de narrativas da mediação presencial oportuniza a despolarização da fala do outro, ou seja, na narrativa em sessão conjunta de mediação online, a medianda defendeu-se das acusações e reclamações do mediando, que falou primeiro ao contrário da narrativa encontrada nas sessões individuais, em que os mediandos trouxeram suas perspectivas livremente.

Embora não tenhamos encontrado nos casos analisados sessões individuais online, não há obstáculos legais ou tecnológicos para não fazê-las, assim, não podemos dizer que as individuais constituem uma característica apenas da mediação presencial, mas, que nesse caso, as individuais constituíram-se em espaços para as mediadoras elaborarem perguntas diretas para as partes, para que elas pudessem fazer livremente suas avaliações, reclamações e acusações sem a presença do outro, circunstância que oportuniza a construção de um espaço democrático em que todos tem vez e voz, inclusive a mulher, que pode dar visibilidade aos seus interesses e necessidades, sendo protagonista na resolução dos problemas que envolvem a dinâmica familiar como redistribuição de responsabilidades, como o cuidado e o sustento dos filhos.

## Referências

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 03 de jun. de 2024.
- BRASIL. *Lei nº 13.105*, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869.htm). Acesso em: 03 de jun. de 2024.
- FONTANA, B. (org.) *Linguagem, gênero e sexualidade: traduzindo os clássicos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). *Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero*. Brasília: CNJ, 2021.
- BUTLER, Judith. *Desfazendo gênero*. São Paulo: Editora Unesp, ano 2022[2004].
- ECKERT, P. M. O trabalho que as mulheres realizam na interação, in: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (org.) *Linguagem, gênero e sexualidade: traduzindo os clássicos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- ECKERT, P.; MCCONNELL-GINET, S. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder (1992). In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.). *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010. p.93-108.
- GAGO, Paulo Cortes. 5) Questões de transcrição em análise da conversa. *Veredas-Revista de Estudos Linguísticos*, v. 6, n. 2, 2002.
- GARCIA, A.; FISHER, L. Being there for the children: The collaborative construction of gender inequality in divorce mediation. In: SPEER, Suzan; STOKOE, Elisabeth. *Conversation and Gender*. London: Cambridge University Press, 2011, p. 272-293.
- JEFFERSON, G. Glossary of transcript symbols with an introduction. In: LERNER, G. H. (Org.). *Conversation Analysis: Studies from the first generation*. Amsterdam: John Benjamins, 2004. p. 13-31.
- KITZINGER, C. *Conversation Analysis, Feminist*. University of York, 2015.
- LIU, R. Invoking membership categories through marked person reference forms in parent-child interaction. *Working Papers in TESOL & Applied Linguistics*, vol. 13, p. 1-13, 2015.
- MARTIKAINEN, J. Membership categorization analysis as means of studying person perception, *Qualitative Research in Psychology*, 19:3, p. 703-721, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14780887.2020.1794089>. Acesso em 09 jun de 2024.
- OSTERMANN, A. C. Análise da Conversa (Aplicada) como uma abordagem para o estudo de linguagem e gênero: O caso dos atendimentos a mulheres em situação de violência no Brasil. *Athenea Digital*, n. 14, p. 245-266, 2008.
- PARKINSON, L. *Mediação Familiar*. Brasília: Ministério da Justiça, 2008.
- BRASIL. Senado Federal. Código Civil: conheça as propostas de juristas para modernizar a legislação. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2024/04/codigo-civil-conheca-as-propostas-de-juristas-para-modernizar-a-legislacao>. Acesso em: 03 de jun. de 2024.
- SACKS, H. *Lectures on conversation*. Vol. 1. Cambridge: Blackwell, 1992.
- STOKOE, E. H. Mothers, single women and sluts: Gender, morality and membership categorization in neighbor disputes. *Feminism & psychology*, v. 13, n. 3, p. 317-344, 2003.
- SUARES, Marines. *Mediando en sistemas familiares*. Buenos Aires: Paidós, 2011.
- WEATHERALL, A. *Gender in interaction*. University of Wellington, 2015.

## Anexo 1 – Convenções de transcrição

[colchetes]	fala sobreposta
(0.5)	pausa em décimos de segundo
(.)	micropausa de menos de dois décimos de segundo
=	contiguidade entre a fala de um mesmo falante ou de dois falantes distintos
:	alongamento de som
-	Autointerrupção
.	descida de entonação
?	subida de entonação
,	entonação continua
?, / ¿	subida de entonação mais forte que a vírgula e menos forte que o ponto de interrogação
ː	descida inflexionada
ˑ	subida inflexionada de entonação
<b>Sublinhado</b>	acento ou ênfase de volume
<b>MAIUSCULA</b>	ênfase acentuada
°	fala mais baixa imediatamente após o sinal
°palavras°	trecho falado mais baixo
>palavras<	fala comprimida ou acelerada
<palavras>	desaceleração da fala
<palavras	início acelerado
(palavras)	transcrição duvidosa
( )	transcrição impossível
"palavra"	fala reportada
.h	inspiração audível
H	expiração audível
p(h) a(h) l(h) a(h) v(h) r(h) a	palavra entremeada por risos
fpalavraf	voz risonha
~palavra~	voz trêmula
Hahaha	risos vocalizados (variantes: hehehe / hihihi / hohoho / huhuhu)